

Sarney quer reduzir salários no Congresso

O presidente Sarney enviou ontem ao Congresso um projeto de lei que reduz para praticamente a metade a remuneração dos parlamentares, atualmente acima de NCz\$ 10 mil. O projeto propõe a isonomia de salários entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário e estabelece como limite máximo os vencimentos de um ministro de Estado, fixado em NCz\$ 5.500,00 para junho, com reajuste em julho pelo IPC. Com o envio do projeto, tornou-se confusa a situação dos militares, que desejam a isonomia salarial com os ministros do Superior Tribunal Militar (STM).

O projeto, cuja exposição de motivos foi endossada por todos os ministros de Estado, foi encaminhado ao Congresso em regime de urgência menos de 24 horas depois de terem os parlamentares derrubado os vetos do presidente Sarney aos projetos do salário mínimo e da política salarial aprovados pelo Legislativo. Segundo o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, não há nenhuma relação entre os dois fatos, já que o projeto começou a ser elaborado em novembro de 88. "Só para coletar o endosso e as assinaturas de todos os ministros de Estado levamos 20 dias", disse Abreu.

Estruturado em 17 artigos, o projeto propõe também o limite de 95% da remuneração de um Ministro de Estado como teto salarial para os demais servidores públicos. Outro item do projeto estabelece a proibição de pagamento de mais de 13 salários em um ano, contrariando prática vigente em algumas estatais, que pagam além desse limite a seus funcionários. Do teto salarial definido no projeto foram excluídas 15 diferentes formas de gratificação, entre as quais salário-família, diárias, ajuda de custo em razão de mudança

de sede, adicional por tempo de serviço, 13º salário, auxílio ou indenização de transporte e de moradia e ajuda de custo dos parlamentares.

Obedecido o regime de urgência, o projeto deverá ser votado pelo Congresso no prazo de 45 dias contados a partir de 1º de agosto, quando se encerra o recesso parlamentar. Se aprovado, a parcela da remuneração dos servidores públicos da administração direta e indireta (inclusive militares) que exceder o teto de NCz\$ 5.500,00 será destacada do salário e mantida sem reajuste até sua absorção pelos reajustes trimestrais, com base na variação do IPC.

Um ministro de Estado estava recebendo vencimentos de NCz\$ 4.800,00, valor considerado "muito bom" pelo ministro João Batista de Abreu. Segundo ele, ainda que somando esse salário com a renda indireta atribuída ao uso da casa ou apartamento funcional, um ministro de Estado no Brasil ganha igual a um alto executivo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) ou do Banco Mundial que vivem em Washington pagando suas moradias.

O projeto do governo entrou em choque com a reivindicação dos militares que querem a isonomia com os ministros do STM, mas ao mesmo tempo pode significar uma solução para o problema. Ontem o presidente Sarney esteve reunido com os ministros militares para analisar o parecer do consultor-geral da República, Saulo Ramos, sobre o assunto. O parecer é favorável à isonomia, que praticamente dobra os salários dos ministros militares. O resultado da reunião não foi divulgado mas o assunto ainda promete gerar muitas discussões no governo.